

CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO NEIVA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

MENSAGEM PROPOSTA DE EMENDA Nº 004/2021.

Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de João Neiva

O Vereador firmatário, no uso de suas atribuições legais, vem perante essa Casa apresentar proposta de Emenda Parlamentar ao Projeto de Lei nº 1.811/21, que altera disposições da Lei Municipal nº 3.036/2018.

A Lei Municipal nº 3036/2018 trata do adicional por tempo de serviço (quinquênio) da seguinte forma:

SUBSEÇÃO V DO ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO (QUINQUÊNIO)

Art. 87. Será concedido adicional por tempo de serviço ao servidor público efetivo que desempenhar suas funções na Administração Municipal direta e indireta, por um período de 5 (cinco) anos.

A intenção dessa emenda é criar autorização legislativa para que referido adicional possa ser concedido de forma automática, ou seja, sem necessidade de prévio requerimento por parte do servidor.

Os requisitos legais para fazer jus a referido adicional estão previstos no art. 88 e, conforme colacionado abaixo e todos são de fácil aferição pela própria Administração, a saber:

Art. 88. Não será concedido quinquênio ao servidor público efetivo que:

- I.** houver sofrido pena de suspensão;
- II.** tenha recebido quaisquer penalidades previstas no processo administrativo disciplinar;
- III.** houver faltado ao serviço, injustificadamente, por mais de 5 (cinco) dias, intercalados ou não;
- IV.** houver faltado ao serviço, de forma justificada por atestados médico, odontológico e de acompanhamento, declarações de atendimento e comparecimento e/ou licença médica, por período superior a 90 (noventa) dias, interrompidos ou não;
- V.** houver gozado licença:
 - a)** para tratamento de doença em pessoa da família por mais de 60 (sessenta) dias, ininterruptos ou não;

O fccccc

72

Estantes

CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO NEIVA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

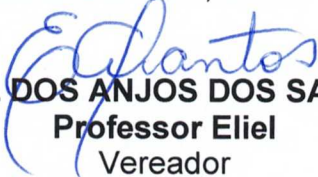
Mesmo havendo previsão no art. 39, II da Lei Orgânica, que o Regime Jurídico Único dos Servidores é de competência legislativa exclusiva do Prefeito, o Parágrafo Único de referido artigo autoriza a emenda parlamentar desde que não implique no aumento de despesas.

Com essa emenda parlamentar não estamos gerando despesas, apenas desburocratizando o procedimento administrativo de concessão do adicional por tempo de serviço, tal como já ocorre em outros municípios.

Caberá à Administração aprimorar seu sistema de controle para implementar a concessão do adicional por tempo de serviço da forma legal.

Acreditamos que essa emenda parlamentar prestigia o servidor público e obriga a Administração a se modernizar cada vez mais, criando novos sistemas de gestão de pessoal.

Palácio Legislativo Senador Silvério Del Caro, em 11 de junho de 2021.


ELIEL DOS ANJOS DOS SANTOS
Professor Eliel
Vereador

CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO NEIVA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

PROPOSTA DE EMENDA Nº 004/2021.

Altera o Projeto de Lei nº 1.811/2021.

O Vereador firmatário, no uso regular de suas atribuições legais, propõe a seguinte **emenda parlamentar** ao Projeto de Lei nº 1.811/2021, que altera disposições da Lei Municipal nº 3.036/2018.


Art. 1º Fica alterado o art. 2º do Projeto de Lei nº 1.811/2021 que passa a ter a seguinte redação:

“Art. 2º Fica alterado o §4º do art. 87, da Lei Municipal nº 3.036, de 29 de janeiro de 1918, que passa a vigorar com a seguinte redação:

§4º. A concessão do adicional por tempo de serviço ocorrerá de forma automática, independente de prévio requerimento do servidor, cabendo ao Município avaliar o atendimento dos requisitos previstos no art. 88 dessa Lei.

Art. 2º Permanecem inalterados os demais dispositivos do projeto.

Palácio Legislativo Senador Silvério Del Caro, em 11 de junho de 2021.


ELIEL DOS ANJOS DOS SANTOS
Professor Eliel
Vereador